

RESUMEN

**“El itinerario de la escuela pública portuguesa (Siglos XIX-XX).
Una mirada histórica a la escuela primaria / elemental”**

*- Ernesto Candeias Martins

La historia de la escuela es paralela y reflejo de la cultura de la sociedad de cada época. Por eso, la escuela constituye un objeto historiográfico, por lo cual la conceptualización del sistema educativo, la escolaridad, las instituciones escolares, corresponden a un continuo evolutivo de perspectivas pedagógicas, discursos y políticas. Si el estado en el siglo XIX deja la escuela a la incumbencia de los municipios, en siglo XX será él a incumbirse de su manutención económica (problemática de la descentralización y de la centralización).

En términos historiográficos hay tres interrogaciones de la evolución de la escuela pública: el enunciado legislativo (proyectos de ley e reformas educativas), explicación pedagógica (realidad educativa de la época) y las condiciones generales e específicas de las escuelas (organización escolar), formación del profesorado y red escolar. La literatura y las teorías pedagógicas estaban más cercanas a la realidad (insuficiencias) de las escuelas que el ordenamiento de la política educativa (legislación).

La política y la pedagogía ni siempre se han puesto de acuerdo. Todos los procesos de investigación histórica son multidimensionales y complejos, en una base interdisciplinar, por lo cual los historiadores buscan comprender y explicar la realidad educativa y las instituciones escolares en su organización y evolución. En nuestro trabajo haremos un balance histórico e evolutivo de la escuela pública (instrucción pública) y de la escolaridad en el siglo XIX hasta mediados del siglo XX. Haremos una summa histórica de la escuela primaria en Portugal en ese período histórico.

Palabras Claves: escuela pública, historiografía de la educación portuguesa; historia de la enseñanza en Portugal, instrucción pública; enseñanza primaria o elemental.

Nota: O autor é doutor em Ciências da Educação - Área da Teoria e História da Educação, pela UIB. Actualmente exerce o cargo de subdirector da Escola Superior de Educação de Castelo Branco (Portugal). As suas linhas de investigação são: a história da criança abandonada, vadia e marginalizada (séculos XIX-XX); a pedagogia social portuguesa; a história da educação não formal; a formação de professores; a história das instituições de ensino não formal; a história dos estabelecimentos de assistência e de reeducação (reformatórios) para menores; a educação para cidadania; e a educação intercultural; educação para os valores; filosofia da educação portuguesa.

PREÂMBULO

"No Portugal Contemporâneo, jamais escassearam os doutrinadores capazes da definição das metas a alcançar no tocante à educação exigida e exigível por uma sociedade programaticamente aberta ... Porque essas duas linguagens – a de teorização e a da prática – se não fundiram numa só e até, no volver dos anos, se foram distanciando mais e mais"

(Serrão, 1980: 23)

Ao olharmos como historiadores a escola e o ensino público, estruturado no tempo e no espaço, mergulhamos em realidades mais fundas e englobantes, que nem sempre são acessíveis. O conhecimento dessa globalidade é uma condição fundamental para compreendermos o papel da escola e a articulação da docência-discência, tal como vigorou numa determinada época.

Nos últimos tempos têm proliferado em Portugal as investigações histórico-educativas sobre o ensino, a educação e/ou a instrução, a criança e a escola (pública e privada), a maior parte delas no cumprimento de requisitos académicos, que coincidem com o auge da história social (Martins, 1997). Paralelamente tem-se celebrado congressos, encontros, seminários e reuniões científico-pedagógicas, de iniciativa institucional, de organismos públicos e privados e de associações ligadas ao ensino, que permitem o intercâmbio de ideias e saberes entre os estudiosos, de um tempo histórico não muito longínquo.

A renovação pedagógica produzida no âmbito da História da Educação e a sua crescente conexão com a História das Ideias e a História das Instituições, do Sistema Educativo português e da História Social, implicou a produção de estudos sistemáticos sobre a historiografia da educação, do ensino e da escola em Portugal, nos finais do século XX.

Parece-nos que falta uma obra essencial que recolha uma perspectiva geral dos processos educativos contemporâneos. Atravessamos um período de expansão dos estudos histórico-educativos regionais, institucionais e de educação formal (e não-formal), de épocas relativas aos séculos XIX-XX. A produção historiográfica contemporânea incrementou-se nas últimas três décadas abordando várias temáticas relacionadas com o ensino elementar e/ou primário, ensino secundário e superior, a educação popular, o ensino profissional, a alfabetização, a administração escolar, as instituições de assistência e de reeducação aos menores, o espaço e a arquitectura escolar, a formação de professores, as correntes e os movimentos pedagógicos, a escola e o ensino público e privado, etc.

Os indicadores de influência desse aumento de estudos incidem com as linhas de investigação universitárias estabelecidas em muitas instituições de ensino superior, no âmbito da História da Educação.

Ainda falta, na historiografia contemporânea, aprofundar a história da educação local, quer institucional, quer escolar, pois apresentam um nível histórico descritivo elevado no contexto educativo nacional (Martins, 1997).

Em qualquer investigação há limitações no tempo porque qualquer estudo científico que seja rigoroso, mesmo que abarque uma temática ampla, deve reduzir o período de tempo (arco histórico) que o contemple. Esses períodos temporais orientam-se com critérios de história geral, como, por exemplo, entre os séculos XIX e XX, referentes à ilustração, ao liberalismo, ao republicanismo, ao Estado Novo (salazarismo e marcelismo), ao pós-25 de Abril, ao pós Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), etc. É evidente que há alguns desses períodos que são mais estudados que outros, devido à quantidade de espólio documental existente e ao tipo de temática a que nos referimos.

Cada vez mais a produção historiográfica se inclina para os estudos diacrónicos de processos, de temáticas ou níveis de ensino ou para análises relacionais da educação (formal) com os programas políticos, as correntes de pensamento, as ideias pedagógicas, as evoluções económicas, as estatísticas escolares, as legislações, a formação de professores, etc. Contudo, surgem ainda alguns estudos descritivos (longitudinais) de políticas educativas, de legislação escolar, monografias de instituições escolares e de assistência, ou de um nível de ensino num período temporal. Nos últimos tempos não é habitual o aparecimento de sínteses gerais ou parciais sobre o pensamento pedagógico português, nem sínteses históricas de educação ou de ensino, nem de dicionários de pedagogia ou de ciências da educação portuguesa.

O conceito de sistema educativo ou sistema escolar nacional tem mudado nos últimos tempos, oferecendo uma perspectiva diferente da do liberalismo. Em termos sistémicos a educação ou instrução pública sofreu avanços e atrasos com implicações na formação das gerações, na convivência e nos valores difundidos.

A sociedade actual, ao pretender ser mais solidária e mais justa, procurando uma matriz axiológica de referência, faz preocupar os historiadores pelos problemas das crianças vadias, indisciplinadas, delinquentes, marginalizadas e abandonadas, com problemas de desvio social, de integração e de anomalias físico-psíquicas.

A História da Educação portuguesa demorou a reagir, em termos de investigação, a este campo não-formal da educação e a um colectivo tão marginalizado, social e moralmente, com as suas tipificações, as suas problemáticas e características (re)educativas. Esta tem sido uma

temática de novidade historiográfica, relacionada com a protecção e prevenção social à infância, às necessidades educativas especiais, à educação física, às escolas infantis, às instituições de assistência e de solidariedade social, à mentalidade sócio-educativa, à animação sócio-comunitária, à educação dos emigrantes, à educação dos ciganos, etc.

Na história da educação recente as transformações ou reformas experimentadas pelos sistemas educativos foram ditadas pelo carácter reprodutivo dos investimentos realizados. Muitas dessas reformas educativas limitaram-se a simples adaptações que não atingiram a própria escola nem a estrutura do ensino. A função da educação consistia em abastecer o mercado de trabalho, sendo postas em funcionamento algumas linhas orientadoras capazes de produzir os diversos tipos de homens educados de que a sociedade de cada época necessitava. Em geral, o ensino não era universal e o acesso à educação era limitado a uns poucos privilegiados. Nos tempos mais recentes, a educação deixou de ser encarada como mero factor de desenvolvimento económico-social, para passar a ser considerada como um direito humano. Caminhava-se, assim, para a democratização do ensino.

Trataremos de fazer muito sinteticamente uma análise histórico-educativa à escola pública (séculos XIX-XX), sabendo que ela é o reflexo do conteúdo cultural da sociedade de cada época. A escola constitui um objecto historiográfico de estudo pela conceptualização e organização do sistema educativo, dos níveis de escolarização, da rede escolar (instituições escolares públicas e privadas), da formação, estatuto e condicionalismos dos professores, dos currículos e materiais didácticos de apoio ao ensino em cada nível, etc., correspondendo a um continuum evolutivo das perspectivas pedagógicas e filosóficas, dos discursos e ideologias vigentes, das reformas e políticas educativas.

Em termos historiográficos, pensamos que a evolução da escola pública se rege por três questões condicionantes: (i.)- o enunciado legislativo (reformas e projectos) e do seu discurso político; (ii.)- à explicação pedagógica (realidade educativa de cada época); (iii.)- as condições gerais e específicas das escolas (organização, administração, currículos, ...).

Se o Estado português, no século XIX e parte do século XX, deixa a escola à tutela dos municípios (problemática da descentralização do sistema educativo), em pleno século XX ele incumbe-se da manutenção económica e administração do sistema escolar (problemática da centralização).

Em definitivo, os processos de investigação histórico-educativa são multidimensionais e complexos, com base interdisciplinar, através dos quais os historiadores e investigadores da educação procuram compreender, analisar e interpretar a realidade educativa e as instituições escolares, na sua organização evolutiva.

Introdução

“Oportet scholam aut nullam esse aut publicam”

(Erasmo de Roterdão)

Vários projectos e reformas de ensino fizeram parte da História da Educação em Portugal, desde finais do séc. XVIII. A sequência desses planos e diplomas, por vezes num ritmo alucinante, dependeu das conjunturas político-ideológicas, económicas e culturais das épocas, deixando diversos documentos de qualidade (por exemplo, a Lei Camoesas de 1923) e proclamando leis com grande alcance educativo.

Ao abordar historicamente as tendências pedagógicas, o projectos e as reformas do ensino público em Portugal, principalmente no âmbito da instrução primária, devemos alertar para o facto de que, no período liberal, os deputados procuraram, nas assembleias eleitas (após 1820), encontrar soluções eficientes para os problemas da escola pública. A isso os impelia o abandono a que fora votada a instrução pública nas décadas precedentes, exceptuando algumas tentativas inovadoras, como na época do Marquês de Pombal [1].

Muitos cidadãos portugueses, animados de um idealismo nascido dos sucessos da revolução liberal, consideravam como dever cívico elementar, contribuírem com os seus pareceres para a construção das instituições. Nesta ordem de ideias apareceram propostas para reformas do ensino público, expondo-as em artigos divulgados na imprensa da época ou apresentando-as em relatórios, com o aspecto de projectos formais, que enviavam para a Assembleia Constituinte ou Cortes. Esses projectos perderam-se quase sempre nos arquivos, qualificados de inúteis. Se alguns desses textos se salvaram, foi devido à impressão escrita dos seus autores, como fez Mouzinho de Albuquerque (1823) ou por alguém que fez História do Ensino no tempo do liberalismo, da 1.^a República e do Estado Novo.

Se é certo que a implantação da instrução pública primária esbarrou com enormes dificuldades de todo o tipo durante os séculos XIX e XX, não é menos certo que, apesar das dolorosas vicissitudes que afectaram a vida do país, houve sempre ideias pedagógicas clarividentes que germinaram e que fizeram com que a instrução primária atingisse todas as

[1] - A acção reformadora do Marquês de Pombal alcançou o ensino primário oficial. Pela Carta de Lei de 6/11/1772, criou algumas centenas de escolas, às quais foram afectadas 479 mestres de ler, escrever e contar. A manutenção dessas escolas, mais as 47 criadas por Alvará de 11/11/1773, seriam garantidas pelo ‘subsídio literário’ (Lei de 10/11/1772) (Gomes, 1979, 1980).

crianças portuguesas. São de destacar no século XIX as decisões referentes à gratuidade do ensino, à obrigatoriedade escolar, aumento da rede escolar, aos planos curriculares, métodos de ensino, à descentralização do sistema educativo, apesar da incapacidade política e económica para as concretizar.

De qualquer modo, dos textos da época liberal e republicana, é sempre possível fazer uma síntese das ideias fundamentais. Contudo, é difícil distinguir uma base de princípios comuns em que se alicerçaram todos esses planos, a despeito das ideologias diferentes, e por vezes diferenciadas, dos seus proponentes.

O abismo entre as intenções reformadoras (legislação) e a realidade educativa concreta foi o indicador comum, unido ao flagelo social do analfabetismo e à falta de uma rede escolar mais alargada e sustentada economicamente pelas autarquias (descentralização).

O sistema educativo português passou por uma construção retórica da educação, em que o Estado promulgava preceitos legais que eram difíceis de implementar. Por isso, no Século da Escola os projectos de reforma fracassaram sucessivamente desde Rodrigo da Fonseca (1835), Passos Manuel (1836) a João Camoesas (1923), levando o país a alcançar os mais baixos níveis educacionais da Europa. Décadas e décadas de falta de investimento na educação, as convulsões políticas, as cegueiras ideológicas, as crises económicas, o analfabetismo, a falta de formação de professores, o retrocesso do ensino no período salazarista (1928-1974), deixaram o país numa situação que só nas últimas décadas do séc. XX foi alterada.

A transição do séc. XIX para o XX, da Monarquia Constitucional para a 1.^a República (1910-1926) foi um dos períodos mais ricos da História da Educação portuguesa. Nesse período estabeleceu-se a estrutura, que viria a influenciar o sistema educativo actual, graças à conjugação de factores sociais e políticos, a par de um movimento pedagógico produtivo e inovador e à afirmação profissional dos professores (associativismo). Em termos de política educativa, destacamos a criação do Ministério da Instrução (1870) e a acção pedagógica de vários ministros, por exemplo de D. António da Costa (primeiro responsável ministerial), que iniciou uma série de ideias reformadoras, retomadas pelos republicanos. Assistimos a um afã reformador que ia desde a instrução primária até ao ensino superior, ao ensino técnico profissional, confirmando-se a edificação do sistema educativo e da escola pública, mas que nem sempre teve aplicações práticas.

Apesar das contradições e incongruências, reconhecemos os esforços ao nível do ensino primário de Rodrigues Sampaio (1878-1881), João Franco (1894-1896) e Hintze Ribeiro (1901) e as reformas republicanas (1911, 1919), associado à evolução de um pensamento filosófico-pedagógico multifacetado que integrou variados contributos na análise dos fenómenos e

problemas educativos. Conjugou-se a preocupação de intervenção sócio-pedagógica na política educativa com um bom conhecimento do estado da instrução no estrangeiro, produzindo-se uma reflexão de grande qualidade científico-pedagógica e metodológica. Este movimento pedagógico inovador desempenhou um papel fundamental na análise dos problemas, na tomada de consciência dos atrasos estruturais do sistema, da situação da escola pública e do ensino, lutando por uma acção mais decidida e coerente na vida educativa portuguesa.

A formação dos professores conheceu modificações neste período analisado, mas diluiu-se pouco a pouco no séc. XX. A abertura das escolas normais de Lisboa, para o sexo masculino (Marvila, 1862) e para o sexo feminino (Calvário, 1866), marcam o início oscilante da formação de professores do ensino primário, continuado com as escolas de magistério a partir de 1934.

Na verdade, a explosão do ensino normal deu-se na sequência da Reforma de Rodrigues Sampaio (1878-1881) e continuado com uma sequência de diplomas, sobretudo nas escolas de sexo feminino, o que mostra a mudança no acesso das mulheres à educação e do processo de feminização do professorado.

É digna de menção a importância do Art.º 30 da Reforma de 1901, ao mencionar que apenas *'constitui habilitação para o exercício do magistério primário a aprovação no curso das escolas normais ou de habilitação para o magistério primário'*, o que mostra a intenção de formar adequadamente o professorado. Contudo, o Estado Novo não teve intenção de seguir esta ideia pedagógica e, além de mandar fechar as escolas de magistério, recruta os professores *'regentes'* com poucas ou nulas habilitações para as funções educativas.

O colectivo associativo dos professores foi-se desenvolvendo ao longo dos séculos XIX e XX, com o revés, por razões nacionalistas, no salazarismo. Desde 1880, devido à solidariedade gerada nas escolas normais, verifica-se um incremento da actividade associativa até ao início do Estado Novo. As Conferências Pedagógicas e os Congressos do Magistério Primário representam manifestações desse espírito de colectivo profissional dos professores, em torno de três reivindicações: melhoria do seu estatuto (aumento salarial, maiores qualificações académicas, condições de acesso às escolas normais, etc.); definição de uma carreira (promoção profissional, acesso à inspecção e magistério, etc.); e controlo da profissão (participação na política educativa, autonomia profissional, liberdade docente, etc.).

É plausível que o reconhecimento das nossas insuficiências na instrução pública tenha forçado o regime do Estado Novo a intensificar a política educacional, a partir de meados do séc. XX, altura em que começa a exigir um desenvolvimento económico, devido ao pretexto de integração internacional. Neste sentido, enquadrámos o modo com que os governantes encararam

essa recuperação e os efeitos tardios das reformas de ensino, principalmente na instrução primária.

De facto, os aspectos da política educativa, do pensamento pedagógico, da formação de professores, do combate ao analfabetismo, do movimento associativo de professores, da escolaridade, da rede escolar pública, com a ajuda da legislação e da imprensa pedagógica (avultada produção e divulgação), são indicadores historiográficos de grande relevância que nos descrevem a dinâmica do sistema educativo ao longo dos séculos XIX e XX, e que nos permitem compreender a História da Educação portuguesa nessas épocas.

1.- Escola pública e/ou ensino público (questão terminológica)

Sabemos que a historiografia depende do tempo e do espaço, abarcando todas as dimensões e as temáticas referentes à educação e escola pública e privada. A escola pública (*schola* = lição; *publicus* = oficial, pública) é um conceito polissémico, que apresenta uma problemática semântica, jurídica, pedagógica e política, dependendo do seu significado espacial e temporal. As suas conotações histórico-educativas com outros termos, como por exemplo, instrução pública, ensino público, estabelecimentos públicos de ensino, escola oficial, são inúmeras. As próprias crianças abandonadas, vadias e marginalizadas, desde os finais do século XVIII eram levadas para a Casa Pia (fundada pelo Intendente Pina Manique) que consistia numa escola pública (especial), onde os menores, nos diversos colégios que a compunham, aprendiam as primeiras letras e as normas morais de comportamento e, ainda, uma profissão válida socialmente.

Os primeiros trabalhos historiográficos que cingem no seu conjunto o passado da escola pública, da instrução popular ou instrução pública portuguesa, datam das últimas décadas do séc. XIX. São de mencionar, entre outras, as obras de José Silvestre Ribeiro, '*História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarchia*' (Lisboa, 1871), em que a história da educação tem um encargo de legitimação ideológica e política das instituições existentes, e a obra de D. António da Costa, a '*História da Instrução Popular em Portugal*' (Lisboa, 1871). Ambas as obras referem como se construiu o edifício da educação e da instrução pública do povo português (Fernandes, 1988; Gomes, 1988).

Permitam-me, contudo, que inicie a minha exposição com duas reflexões. A primeira é para sublinhar a renovação a que assistimos nas últimas décadas na investigação histórica em torno do ensino primário, tendo-se produzido muitas investigações de grande mérito, numa

produção histórica que poderíamos designar por contínua. Retomou-se a tradição histórica do final do século XIX e princípios do século XX, que foi um período importante para a história da educação e da pedagogia em Portugal.

É importante assinalar que no período histórico por nós abordado, a produção historiográfica portuguesa denota algumas características, tais como ser: uma história do ensino e da pedagogia, com legislação avulsa, com projectos e reformas educativas, com figuras relevantes e algumas inovações pedagógicas; uma história cronológica e histórico-descritiva, preocupada mais no relato dos factos do que na compreensão e interpretação dos problemas e fenómenos educativos; e história institucional, com incursões à obra e vida de certos pedagogistas, sem uma abordagem profunda aos temas historiográficos.

A outra reflexão entronca com as intenções do nosso estudo ao tentar perceber as razões da evolução da escola pública (instrução pública) no arco histórico do século XIX - XX

Sugerimos que, primeiramente, tentemos esclarecer o sentido da precisão '*escola pública*'. Trata-se de uma concepção particular de qualquer sistema educativo, fundamentada no papel social da escola. Deste modo, podemos entender a escola pública como um serviço público. No caso português ela começou com o liberalismo (o séc. XIX foi designado por século da escola), tendo como antecedente a reforma pombalina (finais do séc. XVIII). Num sentido amplo, toda a escola é pública. Erradamente, por vezes, contrapomos '*escola pública*' e '*escola privada*' (referência à índole da escola) e '*escola pública*' e '*escola estatal*'.

Efectivamente, a escola pública apresenta diversas acepções nos vários países, mas que giram à volta de alguns factores, tais como:

- ⇒ Descentralização do poder estatal. O Estado garante financeiramente o ensino gratuito, impondo uma supervisão e uma administração escolar, objectivos e conteúdos mínimos, e normativos, afectando em alguns casos os municípios. Em Portugal o século XIX foi prolífero em reformas de descentralização do ensino, incumbindo às Juntas de Paróquia e aos municípios a manutenção das escolas, o pagamento das rendas e dos vencimentos dos professores. Contudo, o debate entre descentralizar e centralizar o ensino foi uma constante no nosso país.
- ⇒ Escola aberta ao encontro dos valores vigentes e receptiva aos ideias da sociedade. No nosso estudo o liberalismo enveredou por uma escola neutra, o republicanismo (1910-1926) pela sua ideologia republicana (escola livre, gratuita e pluralista), e o Estado Novo, salazarista e marcelista (1928-1974), pela ideologia nacionalista fomentando o analfabetismo.

- ⇒ Pluralista, na coexistência das ideologias vigentes, no marco do respeito e neutralidade. Por exemplo, o período da Monarquia Constitucional (finais do século XIX até 1910) foi, sem dúvida, fomentador de uma escola plural.
- ⇒ Compensadora, ao dar a igualdade de oportunidades de acesso à educação e à cultura de todos os membros da sociedade. Neste sentido, o período republicano incentivou a escola no seu combate contra o analfabetismo, tão elevado na época (cerca de 70 % da população era analfabeta).
- ⇒ Democrática, ao possibilitar que a vontade colectiva dos componentes escolares (pais, professores e alunos) determinasse a sua administração, gestão, elaboração dos objectivos educativos compatíveis com a legislação em vigor e com as normativas estatais.
- ⇒ Socializada, ao participar na planificação e controlo os seus próprios componentes educativos, de modo a adaptar-se às necessidades concretas do meio e da comunidade envolvente. Assim, a escola constituía-se no instrumento de construção do modelo de sociedade pretendida pelo colectivo que serve.

Reconhecemos que a escola pública é um tema de interesse historiográfico, que permite aos historiadores e investigadores conhecer o sistema educativo, a sua génese, a sua evolução e a sua implementação em cada época. A limitação no espaço dessa historiografia deve-se à preocupação temporal do desenvolvimento de cada nível de ensino e/ou educação em cada período histórico, da centralização e descentralização do sistema, das disposições legislativas (regulamentos, diplomas, projectos, antologias de legislação escolar, etc.).

Historicamente, é no final do século XVIII que a Revolução Francesa divulga o termo de educação pública e de instrução pública que implicava em termos sistémicos, a educação nacional de cada Estado, originando o que designamos por sistema educativo. O Estado passa a ter a obrigação e o direito de fazer cumprir o acesso livre dos seus cidadãos à educação. O '*Rapport*' e as '*Memórias sobre a Instrução Pública*' de Condorcet são um bom exemplo de um projecto amplo de educação pública, secularizada, mas não estatal. A influência francesa inspirou a configuração do sistema de instrução pública portuguesa – o sistema educativo nacional, e o nascimento da escola pública.

O processo de secularização escolar no nosso País inicia-se com a Reforma do Marquês de Pombal nos finais do século XVIII, estruturando a instrução pública sob o signo do iluminismo. Esboçaram-se alguns projectos educativos no período liberal sobre a *educação pública*. As autoridades liberais promoveram diversos níveis de ensino (elementar, liceal,

técnico-profissional e superior ou universitário), legislando-se vários diplomas e reformas ao longo do século XIX, divulgando-se o termo de instrução pública.

Podemos considerar o nascimento da instrução primária, propriamente dita, com a Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, que constitui uma data notável para a história do ensino popular português. O relatório que precede aquela lei revela uma largueza de vistas, em termos educativos, assim como as reformas de ensino público que são um monumento historiográfico na vida do país. Dá-se à instrução primária uma administração autónoma e um tribunal privativo – a *Real Mesa Censória*, uma receita própria – o *Subsídio Literário*, medidas educativas de grande alcance.

Pedagogistas como Pina e Proença (1693-1743), Ribeiro Sanches (1699-1782) ou Luís A. Verney (1713-1792) estabeleceram o contraste entre o que é e o que devia ser a instrução e a escola, assumindo a necessidade do movimento desejável e possível no interior do sistema educativo existente naquele século. Estes e outros pedagogistas não puseram em causa a fundamentação social dos afunilamentos no acesso aos diferentes níveis de ensino, devido ao predomínio da nobreza e do clero, mas sim as modificações pedagógicas e educativas necessárias.

Foi importante a criação pombalina das escolas régias (1759), embrião do que viria a ser o ensino secundário, e das escolas de ler, escrever e contar (1772), início do ensino primário, ou da Aula de Comércio (1759), começo do ensino técnico comercial, ou da Aula de Náutica (1764, no Porto). O mais significativo, porém, foi a reforma da Universidade (1772) e a fundação do Colégio de Nobres (1761) e, posteriormente, a metamorfose educativa, de inspiração ideológica liberal, que criou as condições externas ao sistema de ensino vigente, que permitiram inovações ousadas (por exemplo de A. Garrett, A. Herculano, D. António da Costa, A. Sérgio, etc.) que seriam impensáveis por aqueles que não queriam um salto qualitativo na escola pública.

Aparecerá, mais tarde, no sistema escolar público do séc. XX, a designação de '*ensino básico*'. Esta noção integra o conjunto de conhecimentos e aptidões indispensáveis a todos os indivíduos. É um ensino universal, obrigatório e gratuito. Já a reforma de ensino de 1911 tinha dividido o ensino primário em três graus (elementar, complementar e superior, sendo obrigatória às três classes do primeiro), merecendo do pedagogo e político republicano, João de Barros, a crítica de não ter entendido o ensino primário como ensino fundamental para todos os cidadãos. Só mais tarde, pela reforma de 1919, esse ensino primário foi considerado geral e obrigatório (5 classes), com o objectivo de fornecer à criança os instrumentos fundamentais de todo o saber e as bases de uma cultura geral.

Após o golpe militar de 1926, o ensino primário elementar foi reduzido a quatro classes considerando-se que nas três primeiras se ministrava a verdadeira base desse ensino, isto é, o ler, o escrever e o contar correctamente. O conteúdo desse '*ensino básico*' na escola pública sofria, em 1929, uma amputação que perdurou ao longo do salazarismo. No início da década de 60 do século passado, o Ministro Leite Pinto, devido às carências de mão-de-obra qualificada e às necessidades do desenvolvimento económico no quadro do capitalismo, propunha a extensão da escolaridade obrigatória. Porém, em 1964, tomaram-se providências com vista à criação de 6 classes obrigatórias no ensino primário, dividindo-o em dois ciclos: elementar (4 classes) e complementar (5.^a e 6.^a classe). Estas disposições são consideradas como um avanço de um ensino básico público ao alcance de todas as crianças e jovens.

Nesta perspectiva gerou-se uma corrida à escola pública, considerando-se naquela época do salazarismo, a '*ascensão cultural*' das massas um fenómeno e um desígnio louvável, apesar do risco de estrangular o escol intelectual. Daí que a corrida à escola seria vigiada com as necessárias cautelas.

Em suma, na análise histórica do nosso estudo, a escola pública (escola colectiva) tem uma forte conotação com a noção de '*instrução pública*', devido ao vínculo com a organização do ensino no sistema educativo, limitando-se, em grande parte, à educação primária elementar (livre, gratuita) que garantia aos alunos as competências relativas ao ler, escrever e contar.

Quadro n.º 1: As relações de significado do termo '*escola pública*'

Escola Pública ↔ abarca o sistema educativo ou escolar público, nas suas dimensões: legislativa; administrativa; pedagógica; institucional, político, económico e jurídico-social. A escola pública são estabelecimentos de ensino e/ou instrução pública, sob a tutela do estado.

Significados:

▶▶ **Instrução pública / ensino público:** Ensino controlado, normatizado e financiado pelo poder público (Estado);

▶▶ **Educação formal (séc. XIX-XX):** Inclui os níveis de ensino – educação elementar ou primária, secundária, técnico-profissional e superior ou universitária. As crianças e os jovens marginalizados, vadios, abandonados e delinquentes, também tiveram escolas públicas de aprendizagem, de noções elementares, de assistência, de reeducação / correcção e de reabilitação (asilos, colégios, escolas de reforma, reformatórios, institutos de reeducação, colónias agrícolas, orfanatos, etc.).

▶▶ **Diferentes correntes pedagógicas que inspiraram a escola pública.**

▶▶ **Referência às matérias curriculares (objectivos e conteúdos por níveis de ensino) e à formação dos professores (escolas normais, escolas de magistério, escolas superiores de educação, ...).**

2.- O liberalismo: Das ideias às reformas educativas

Toda a vida nacional esteve gravemente perturbada entre 1807-1811 (invasões francesas), com a ida da família real para o Brasil, com os movimentos sociais e estudantis. Nessa época destacamos o Colégio da Feitoria, em Lisboa, destinado à educação dos filhos dos militares, (futuro Real Colégio Militar) com um currículo de seis anos lectivos (Albuquerque, 1960).

Em 1815 inicia-se uma grande actividade pedagógica nacional que procedeu à criação de escolas de primeiras letras, nos quartéis, para combater o analfabetismo e impulsionar o progresso cultural do país. O sistema seguido nessas escolas era o método de ensino mútuo (Consulte-se os jornais da época como o *'Investigador Português'* e *'Anais'* de 1818) [2]. Este método perdeu importância nas escolas a partir da década de 70 (séc. XIX) a favor do método simultâneo.

Insistimos que a instabilidade da vida nacional associava-se ao elevado analfabetismo. A própria Constituição de 1822 dedicou apenas quatro artigos à instrução pública, estabelecendo a instrução primária gratuita para todos os cidadãos. De facto, este período perturbado não favoreceu a desejada reforma geral do ensino. Em 1823 Mouzinho de Albuquerque apresenta um projecto de reforma, de índole progressista, que estabelecia: escolas primárias, uma para cada sexo em cada freguesia utilizando o método mútuo; todos os cidadãos deveriam ter direito à instrução gratuita (obrigatoriedade).

Entre 1828-1834, período miguelista (regime absoluto), a instrução primária sofreu um revés com inspecções devassas, encerramento de escolas, perseguições aos professores, etc. Alegando restrições económicas, a Junta Directora dos Estudos (1829) reduziu de 939 para 550 as escolas de instrução primária (1829). Paralelamente, as ordens religiosas começaram a dedicar-se ao ensino (Alvará de 1826). São de mencionar as obras pedagógicas de Borges Carneiro, *'Mentor da Mocidade ou Cartas sobre a Educação'* (1833), e *'Da Educação'* (1829),

[2] – Na abertura do ano escolar de 1818 havia 55 escolas de ensino mútuo com 2518 alunos inscritos. Era director das escolas militares o oficial João Crisóstomo do Couto e Melo. Por Decreto de 1824 criou-se em Lisboa uma Escola Normal que a Infanta D. Isabel Maria inaugurou em 1826, com o objectivo de generalizar a prática daquele ensino mútuo, segundo os princípios pedagógicos de Lencaster. Convidou-se a frequentar essa instituição os mestres régios de Lisboa para completarem novas habilitações. O Governo de D. Miguel ignorou este estabelecimento, tal como a instrução popular, e só em 1835 se viria a reorganizar. Na mesma época, John Phelps (negociante inglês na Madeira) fundou naquela Ilha uma Sociedade Promotora da Instrução para difusão das ideias pedagógicas de Lencaster. Essa sociedade teve um edifício escolar e foi muito frequentado, apesar das críticas liberais.

de A. Garret [3], que, contrários ao regime, propunham um projecto de reforma geral dos estudos na escola pública.

Com a instauração do governo liberal restabeleceu-se a liberdade de ensino e autorizaram-se as corporações administrativas a abrir escolas, situação bem expressa na afirmação de Júlio Soares da Rocha Pereira (1921: 55), ao considerar que “*O ensino popular é sempre amparado pelos governos avançados e tem a indiferença e, as mais vezes, a hostilidade das autoridades retrógradas*”.

Neste mar revolto e inseguro da vida nacional em matéria de instrução, embora não houvesse convergência de opiniões entre as facções liberais, num ponto estavam de acordo: na necessidade de tomarem providências para reduzir o analfabetismo (cerca de 90%), criando uma vasta rede de escolas de instrução primária.

O Regulamento Geral da Instrução Primária proposto em Decreto de 7/09/1835 por Rodrigo da Fonseca Magalhães, primeiro reformador do ensino no período do constitucionalismo, determina a descentralização administrativa do ensino, a liberdade de ensino, a fundação em cada capital de distrito de uma escola para sexo masculino e uma de ensino mútuo, que sirva de escola com um professor, comissões locais inspectoras do ensino e um subsídio anual (20\$000 réis) dado pelas Câmaras a cada professor, e, ainda, as escolas normais para habilitar os professores. A rede escolar seria da incumbência dos municípios, incumbindo aos pais a obrigação de enviarem os filhos à escola. Esta reforma não chegou a ser executada.

Ao avanço daquela reforma segue-se o retrocesso educativo com Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque que suspende aqueles decretos. G. Dias Pegado ainda propõe um projecto de Lei sob o título ‘*Organização Geral da Universalidade de Portugal*’ (1835), onde agrupava os estabelecimentos de ensino em seis: escolas primárias (sexo masculino e feminino, uma para cada freguesia com ensino mútuo praticado por professores habilitados; escolas secundárias; liceus; seminários; escolas especiais; e faculdades. Em termos organizacionais e educativos, aquele projecto apresentava uma coordenação centralizada no aspecto regulamentar e pedagógico e uma semi-descentralização económica. No primeiro caso previa-se a criação de um conselho orientador das actividades em cada escola e impunha-se uma dependência a um dos conselhos escolares de nível mais elevado (organismo superior de administração científica: Conselho Supremo da Instrução Pública) (Albuquerque, 1960).

[3] – A. Garret distinguia a ‘educação’ da ‘instrução’ ao tratar da organização escolar, considerando estabelecimentos de educação (seminários, casas-pias e instituições de ensino especial) e escolas de ensino superior, secundário e primário, onde se instruíam os alunos.

Há alguns pontos coincidentes do projecto de Dias Pegado com outros planos de reforma de ensino, por exemplo, com o Projecto de Mouzinho de Albuquerque (1823) e com o Regulamento de Rodrigo da Fonseca (1835). Mouzinho propunha uma rede escolar constituída por escolas primárias (duas por freguesia), por escolas secundárias (uma por concelho), e por liceus (um por capital de distrito). As relações entre os conselhos escolares daquelas escolas eram concebidas de maneira idêntica por Dias Pegado e Mouzinho. Ambos separavam os sexos no ensino primário e reconheciam o direito de qualquer indivíduo solicitar exames para reconhecimento oficial da sua preparação cultural. Dias Pegado propôs, e Rodrigo da Fonseca tornou lei, a criação do ensino normal primário, a obrigatoriedade da adopção do método de ensino mútuo, liberdade do ensino privado, descentralização económica do ensino primário. No plano curricular incluiu os exercícios de ginástica acomodados à idade das crianças e, ainda, a criação de escolas de meninas nas capitais de distrito.

Com a revolução de Setembro de 1836, Manuel da Silva Passos propôs modificações no ensino, em todos os seus graus. Elaborou este reformador uma lei de instrução primária que determinava a liberdade de ensino e a fundação em cada capital de distrito de uma escola para o sexo masculino e uma outra para o ensino mútuo (só com um professor), comissões locais de inspecção do ensino e subsídios municipais a cada professor.

Na ditadura de Costa Cabral o ensino popular não foi descurado. A reforma de 20/09/1844 dividiu o ensino em dois graus em diferentes escolas, estabelecendo, pela primeira vez, penalidades para as famílias que, por negligência, não mandassem os filhos às escolas [4]. Um Conselho Superior em Coimbra dirigia todo o ensino, com um delegado em cada distrito (comissário de estudos). A grande dificuldade deste diploma foi de ordem pecuniária, além de ser uma reforma conservadora. A nosso ver, as leis de 1836 e 1844 fundidas teriam dado uma boa organização escolar, já que cada uma tinha o que à outra faltava.

Em 1870, D. António da Costa funda o Ministério da Instrução e propõe uma nova reforma de instrução primária (16/08/1870), apoiando-se na ideia que a educação nacional era a melhor base de organização de um povo e a mãe da verdadeira liberdade [5]. Sendo a escola

[4] – O 1.º grau ocupava-se do ler, escrever e contar, exercícios gramaticais, corografia e história de Portugal, moral, doutrina cristã e civilidade; o 2.º grau desenvolvia as matérias anteriores e acrescentava gramática, desenho linear, geografia, história geral, história sagrada, aritmética e geometria aplicadas à indústria e escrituração.

[5] – No preâmbulo dessa reforma descreve o panorama do país que, de 757 mil crianças, com idade entre os 7 e os 15 anos escolarizáveis, só 132 mil frequentavam a escola em 1867. O número de escolas era de 2.300 e, destas 350 do sexo feminino. A média dava 1 escola para 1.100 habitantes estando na cauda da Europa. As dotações financeiras para a escola pública cifravam-se a um nível bastante baixo comparado com outros países europeus.

pública no séc. XIX uma forma de revolução nas condições sociais da humanidade, em Portugal era uma representação do sistema passado.

Preconizava-se nessa reforma, que não chegou a entrar em vigor, a descentralização do ensino primário e a entrega das escolas primárias às câmaras municipais e Juntas de Paróquia, uma inspecção escolar feita por inspectores distritais (extinguiu-se o comissário de estudo), a divisão do país em 16 circunscrições escolares distritais, nomeação das comissões escolares por concelho, instituiu-se as conferências para os professores debaterem e actualizarem os métodos pedagógicos, criação de cursos nocturnos e dominicais pelas câmaras e, ainda, a criação das escolas normais (Lisboa e Porto). Os encargos da instrução cabiam às câmaras municipais.

O projecto reformador dividia a instrução primária em dois graus (elementar e complementar), sendo o primeiro obrigatório e gratuito para ambos os sexos (idade entre os 7 e os 15 anos). A rede escolar distribuía-se em escolas primárias de um e outro sexo, elementares (urbanas, rurais) e complementares. Não se admitia a coeducação, mas poderia haver, em certas povoações, escolas mistas. Compreendia o programa do 1.º grau (sexo masculino) a educação física, educação moral, educação intelectual, educação política e noções de cidadania. Os planos de estudo enfermavam de ambiguidade na metodologia, não integrando uma visão mais moderna da pedagogia adoptada.

Mais tarde, a reforma de 1878, de Rodrigues Sampaio, retomou muitas das ideias anteriores que ficaram apenas em projecto, descentralizando o sistema educativo. Promoveu-se o aumento de escolas primárias, melhorou-se o vencimento dos docentes, criaram-se as escolas normais (Lisboa, Porto e Évora), abriram-se cursos temporários, dominicais e nocturnos para combater o analfabetismo, estabeleceram-se comissões de beneficência e ensino para subsidiar as crianças pobres em idade escolar, implementou-se a inspecção técnica, dinamizaram-se as conferências pedagógicas obrigatórias para os professores primários, a liberdade de ensino, a incumbência de pagamento dos vencimentos aos professores por parte das câmaras, etc.

Em 1892, o ministro Dias Ferreira extingue o restabelecido Ministério da Instrução Pública e Belas Artes (1890), aboliu o Conselho Superior de Instrução, reduz o número de escolas complementares, impõe a centralização e faz uma redução drástica nas despesas da instrução e no número de pessoal docente. O Ministério do Reino da época fez convergir para si todos os serviços da escola pública, monopolizando o Estado a administração do ensino e inutilizando todos os esforços legislativos e pedagógicos anteriores.

A reforma de 1894, de João Franco, tal como a de 1897 (decalcada da anterior), nada de novo trouxe à causa da instrução pública, pelo contrário manteve a centralização do ensino primário e suprimiu os exames do 1.º grau do ensino primário e os do 2.º grau só se fazem nas

sedes dos liceus. A instrução primária sofre duas modificações: supressão dos serviços de inspecção e a organização dos quadros de pessoal das escolas de Lisboa. O Regulamento daquela reforma de João Franco, publicado em 1896, irá dividir o ensino primário em elementar e complementar. O primeiro subdivide-se em dois graus. O 1.º grau era obrigatório para todas as crianças dos 6-12 anos e o 2.º grau era só obrigatório para a admissão às escolas de ensino secundário. As matérias curriculares eram as habituais, acrescidas de trabalhos manuais e exercícios de ginástica.

Em síntese, o cenário educativo da instrução pública em Portugal no limiar do séc. XX resume-se nos seguintes pontos:

- *- Indispensabilidade da instrução primária se tornar axiomática, por todos os princípios (sociais, culturais, axiológicos, ...).

- *- Faltava uma instrução de maior desenvolvimento, com maior número de disciplinas, mais frequência às aulas e melhor formação dos mestres.

- *- Um dos acontecimentos pedagógicos relevantes a meados do século foi a criação e aplicação do '*método repentino de leitura*' para as escolas primárias (em 20 lições), por A. Feliciano de Castilho, numa tentativa de combater o analfabetismo, associando as letras em quadros com desenhos. Os seus críticos afirmavam que era uma didáctica incorrecta.

- *- Necessidade de escolas nocturnas [6], a fim de desenvolver a instrução elementar (método repentino de F. Castilho, método do ensino mútuo, método da '*Cartilha Maternal*', de João de Deus);

- *- Criação de escolas normais superiores para a formação dos professores (Lisboa, Porto).

- *- Sanção aos pais que não cumprissem com o preceito da instrução obrigatória, não só para matricular os filhos, mas para os forçar à frequência.

- *- Instituíram-se as bibliotecas populares municipais, pelo Decreto-Lei de 2/08/1870, que pretendiam levar a população a aprender a ler, incluindo a leitura nos domicílios (art. 5.º), correspondendo às intenções educativas que seguiam outros países europeus (Suíça, Prússia, França, Espanha, Inglaterra, Alemanha e Suécia). Outro projecto lei das bibliotecas municipais (leitura diurna e nocturna) seria apresentado nas Cortes (Sessão de 8/09/1909) pelo deputado Feio Ferreira, explicando-se a funcionalidade das mesmas e os seus custos (Pacheco, 1910).

[6] – Em Setembro de 1853, D. António Costa, fundou o Centro Promotor da Instrução Primária, criando escolas nocturnas (Costa, 1870). Pelo Decreto de 2/08/1870, são criadas as bibliotecas populares com o intuito de desenvolver os conhecimentos das classes populares, através da leitura moral e intuitiva.

*- Criação da rede escolar pública, principalmente a destinada à instrução primária (uma escola em cada freguesia).

*- Fundou-se em 1882 a *Associação das Escolas Móveis*, organizadas por Casimiro Freire, que percorreram o país até 1923, dando um importante contributo à instrução primária, criando escolas e utilizando o método da '*Cartilha Maternal*' de João de Deus (este poeta pedagogo foi Comissário Geral do sistema para o ensino da leitura em 1888).

*- Cria-se a sociedade cooperativa '*A Voz do Operário*' (1883) que reivindicava melhores condições profissionais, tendo como objectivos educativos estabelecer escolas e gabinetes de leitura e outras acções que favorecessem a instrução e o bem-estar da classe trabalhadora. Com as doações e as heranças de várias instituições (biblioteca da Sociedade de Estudos Pedagógicos e Universidade Popular Portuguesa) constituíram uma grande biblioteca.

*- Dar garantias à liberdade de ensino, que era gratuito, auxiliar os esforços individuais, premiar os mestres e incentivá-los (aumento dos vencimentos).

*- Fornecer livros elementares e gratuitos para que a leitura não fosse uma utopia, já que o analfabetismo durante esse século e, ainda, no século XX, foi elevado.

A burguesia portuguesa sempre foi hostil à expansão e livre acesso de todos à instrução e à cultura. A expansão do ensino primário durante o liberalismo pertenceu às classes urbanizadas, pequena burguesia e operariado, quer através de associações mutualistas (por exemplo, a '*Sociedade Promotora de Educação Popular*', a '*Voz do Operário*') e dos cursos das escolas móveis ou de adultos. As dotações orçamentais para a educação foram sempre insuficientes, vivendo-se em constante restrição. A gratuidade do ensino só se verificava no 1.º grau do ensino primário, que não dava acesso ao ensino secundário, e o analfabetismo foi a mancha social permanente na população portuguesa, apesar do aumento do número de escolas.

3.- A escola pública: finais da Monarquia e 1.ª República (1910-1926)

No início do século XX havia em Portugal 4.665 escolas primárias oficiais com 176.649 alunos matriculados, e 1.600 particulares, com 51.599 alunos. Com um fraco dispêndio financeiro, não se negava às corporações locais o direito de administrar o ensino. Nem as medidas de alfabetização, nem as iniciativas de alguns pedagogos, escritores, parlamentares, jornalistas e dirigentes associativos, conseguiram que o país acompanhasse a evolução dos outros países europeus. Podemos afirmar que a instrução no país viveu, até à República, da 'caridade' e do filantropismo burguês e de certas ordens religiosas (acção social de pedagogos religiosos),

pois de ambos se nutriram asilos, escolas, a assistência escolar, colónias de mar e no campo, etc. [7].

A reforma de Hintze Ribeiro (1901) introduz algumas modificações na estrutura do ensino primário vigente, num país onde a percentagem de analfabetos rondava os 78%. Aquele diploma reorganiza todo o ensino primário, mantendo a sua divisão em dois graus e os programas idênticos à reforma de Rodrigues Sampaio (1878). O ensino era obrigatório e gratuito, para as crianças dos 2 aos 12 anos, e cada escola primária compreendia o ensino dos dois graus, por cada freguesia e para cada sexo (não se adoptava a coeducação). Mantinham-se os subsídios às escolas particulares que asseguravam gratuitamente o ensino primário dos dois graus. Houve, ainda, uma preocupação pelo estado dos edifícios das escolas públicas (primárias), intensificando-se a fiscalização nas circunscrições escolares, foram criadas as caixas económicas escolares e as comissões promotoras de beneficência e ensino, em cada freguesia.

O articulado daquele diploma alerta para o deplorável aspecto físico das crianças escolares, com carências de saúde, que tornavam urgente a organização da inspecção sanitária escolar.

Uma das inovações da reforma de 1901 foi a possibilidade de criação do ensino infantil nas cidades de Lisboa (método de Fröebel) e Porto, e do ensino de cegos e surdos-mudos. As escolas infantis destinavam-se a ministrar educação e ensino às crianças dos 4 aos 6 anos.

Durante a Monarquia Constitucional o serviço de instrução primária compreendeu a criação e a administração das escolas, excepto a nomeação dos professores que devia voltar para os municípios (incumbência dos vereadores no zelo pela instrução pública). Cabia ao Estado a tutela escolar de controlar e penalizar os municípios que descurassem o ensino primário e o combate ao analfabetismo.

A República, proclamada em 1910, pretendia, através da educação (republicana) e da instrução pública, mudar a mentalidade do povo. O primeiro diploma sobre instrução remete-nos para o projecto de regulamento de instrução militar preparatória. Este tipo de instrução fazia parte da educação cívica que começava na escola primária, dando a todos os escolares o abecedário da linguagem das suas futuras relações sociais. O nacionalismo exacerbado caía na exaltação das virtudes militares, constituindo um exemplo tal instrução militar que se dividia em dois graus: o 1.º grau, dos 7 aos 16 anos, com obrigatoriedade a partir dos 10 anos, e o 2.º grau, dos 17 até à idade de recrutamento militar.

[7] – É de mencionar em termos de instrução pública, o legado económico do Conde de Ferreira, em 1866, para se construírem 120 edifícios para escolas públicas de ensino primário nas sedes de concelho. Para este benemérito a escola pública era um elemento essencial para o bem da sociedade

A atenção dos republicanos incidia na resolução dos problemas educativos como o analfabetismo, o insuficiente número de escolas primárias, a deficiente preparação ideológica e científico-pedagógica dos professores e a sua mísera situação económica. Estes sintomas coincidiam com a falta de iniciativa e hesitação dos portugueses em matéria educativa.

Um dos objectivos republicanos foi o ensino infantil, facultativo e gratuito (diplomas de 1911) que pretendia a educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças dos 4 aos 7 anos. Enquanto o ensino infantil oficial não passou de um projecto, o particular proliferou-se gradualmente, destacando-se os 'Jardins-Escolas de João de Deus', criados sob orientação de João de Deus Ramos.

O ensino primário, segundo a reforma de 1911, dividiu-se em três escalões, o elementar, o complementar e o superior, sendo o elementar obrigatório para todas as crianças de ambos os sexos (dos 7-14 anos), e facultativo para os restantes escalões. O ensino primário elementar tinha a duração de 3 anos, dos 7 aos 9 anos, e o objectivo do seu ensino distribuía-se por quatro grupos de intenções que poderíamos classificar como literárias, científicas, artísticas e técnicas.

A actividade pedagógica e legislativa da I República não teve uma visão global de todo o sistema escolar português. O documento '*O Estatuto da Educação Pública*', apresentado em 21 de Junho de 1923 por João Camoesas (redigido por Faria de Vasconcelos), apreciava as questões do ensino (a cultura física, a intelectual, a moral e social, as relações entre a escola e o ambiente, os jardins de infância, as escolas dos ensinos clássico, técnico e profissional, do primário ao universitário, a administração e a organização escolar, etc.) e as insuficiências de execução de uma forma global do sistema educativo. Lamentavelmente não chegou a ser implementado.

Considerava aquele projecto que a educação pública devia compreender três categorias, designadas por geral, especial e superior. A educação geral abrangia 3 graus: o grau infantil, gratuito nos jardins de infância, com quatro anos de duração; o grau primário, obrigatório e gratuito, em coeducação, com seis anos de escolaridade (dos 7 aos 12 anos), subdividido em 2 escalões; e o grau secundário, de quatro anos, correspondente a um curso geral dos liceus, em regime de classe. A educação especial abrangia quatro modalidades: o curso especial do ensino secundário, o ensino técnico elementar, o ensino técnico complementar e o ensino profissional.

Não faltaram neste período republicano muitos esforços pedagógicos, de várias personalidades (João de Barros, Bernardino Machado, Leonardo Coimbra, António Sérgio, Alves dos Santos, Faria de Vasconcelos, etc.), para modernizar a escola pública portuguesa. O ambiente era hostil à reflexão pedagógica indispensável às providências governativas de que o país estava carecido, e a substituição frequente de governos não permitiu a continuidade exigida para que qualquer projecto fosse avante.

Nos vários projectos e diplomas sobre a instrução pública tiveram os seus proponentes de se debater com as dificuldades dilemáticas da mesma natureza, já que, por um lado, tentavam correlacionar uma estrutura escolar perfeita com o sistema social vigente (sentido de responsabilidades cívicas) e, por outro lado, valorizavam o civismo das massas populares, fortalecido pela eficiente orgânica do sistema de ensino. Atribuía-se à escola pública o papel de inocular, realizar, elaborar o ideal dos portugueses, o ideal da Nação e não as querelas ideológicas e partidárias. Havia testemunhos de quem dissesse, como A. Sérgio, que a escola existente era uma verdadeira calamidade pública e uma das causas da situação existente na instrução, pois era impossível reformar a escola sem se trabalhar ao mesmo tempo na transformação da sociedade portuguesa.

As escolas primárias deviam ensinar a ler, sendo o aprender a ler um meio e não um fim educativo. Ensinar o povo a ler era objectivo da instrução, em que as bibliotecas populares municipais eram uma instituição complementar das escolas primárias [8].

A acção da República no campo do ensino teve algum merecimento, principalmente nos primeiros diplomas de reforma do ensino primário (e do universitário), ressaltando o de 1911 que constitui um factor de progresso da escola pública, a despeito das limitações na execução prática (Nóvoa, 1989).

O grande flagelo social continuava a ser o analfabetismo que não baixou como desejaram os governantes, entre 1911 a 1930 (a média de analfabetos rondava os 70% da população), nem a rede escolar aumentou na globalidade do país (em 1926 havia 6.657 escolas oficiais do ensino primário, em activo), nem a frequência escolar na instrução primária era a que se esperava, apesar de ter aumentado a população escolar total, nem a formação de professores era a mais adequada (novas ideias do movimento da escola nova) para a escola da época, os edifícios escolares apresentavam precárias condições, havia deficiências nos materiais didácticos de apoio ao ensino, etc. (Albuquerque, 1960; Andrade, 1982; Bárbara, 1979; Candeias, 1993; Coelho, 1909; Carvalho, 1986; Gomes, 1979; Nóvoa, 1993; Pereira, 1921; Reis, 1993).

[8] – O congressista J.R. Salema Caeiro apresentou no Congresso Municipalista de Lisboa (1910) o argumento sobre a '*Restituição às Câmaras Municipais das escolas de ensino primário*', abordando a necessidade de uma escola por 600 a 700 habitantes no concelho. Na altura remediava-se esta falta de escolas primárias oficiais suficientes (uma escola para 530 crianças), pelas escolas particulares destinadas a crianças pobres. No Congresso do Porto (1910) pretendeu-se municipalizar a instrução elementar. Por exemplo, num ofício de 27/06/1906 dirigido à Câmara do Porto, o inspector de instrução pública propunha a necessidade de criar 42 novas escolas, de 5 cursos nocturnos e a conversão de várias escolas em centrais. As câmaras tinham a seu cargo as despesas, a renda e o mobiliário (Cf. Diplomas de 18/03/1897, art.º 58, de 27/06/1903, art.º 19, alínea 1.ª), sobre as contribuições escolares de um concelho à instrução.

4.- A instrução primária: Do salazarismo ao 25 de Abril (1974)

A instauração do regime militar de 28 de Maio de 1926 ia ao encontro de muitas mentalidades inconformadas com o espírito democrático da I República, pretendendo pôr cobro à inquietação pública, estudar as providências mais convenientes para a extinção do analfabetismo, execução de construções escolares e reorganização das Escolas Normais (formação de professores) e propor reformas do ensino.

É evidente que o Estado Novo desvalorizou a escola e a profissão docente, a formação de professores e o ensino primário. Os valores do regime representavam um cunho nacionalista, católico e rural e o sistema educativo passou a ter uma orientação centralizadora e controladora (Adão, 1984). Na verdade as investigações históricas realçam algumas transformações económicas, sociais e mentais profundas ao longo do regime, apesar de certo aparente imobilismo [9].

A escola e os actores educativos sofreram um apertado controlo do regime, até porque a função de endoutrinação conferida à escola tornava o sistema e os seus agentes um sector sensível, já que no dizer de Salazar a escola era a *'sagrada oficina das almas'*, onde se moldava o carácter das futuras gerações e se exercia influência sobre as suas famílias. O professor era o *'apóstolo da verdadeira escola portuguesa'*, de acordo com as tradições da pátria e da religião católica (Mónica, 1978).

O surgimento, a partir de 1933, do plano salazarista de um Estado autoritário, intentou impor à escola pública as regras de pensamento e de comportamento da sua doutrina social e ideológica. Questionava-se as vantagens das crianças frequentarem as escolas, havendo quem, como João Ameal, defendesse que ensinar a ler era corromper o atavismo da raça. Pretendia-se que a escola formasse elites enquadradas nas massas populares.

A primeira medida em matéria de instrução que tomou o novo regime foi a proibição da coeducação no ensino primário elementar. A reforma do ensino primário de 1927 impõe a redução da escolaridade no ensino primário elementar (ou geral) obrigatório dos 7 aos 11 anos, formado por quatro classes, e o ensino primário complementar (ou superior) dos 11 aos 13 anos, formado por duas classes. Retrocedia-se, assim no processo escolar nas escolas públicas.

[9] – A importância da escola e da educação no regime salazarista foi reconhecida em recentes investigações históricas (Joel Serrão, A.H. Oliveira Marques, A. Reis, F. Rosas, M.^a Fátima Bivar, J. Salvado Sampaio, M.^a Filomena Mónica, Áurea Adão, Luis Reis Torgal, etc.).

A nova programação curricular do ensino primário elementar deu relevo a matérias de feição nacionalista, por exemplo, a 'Corografia de Portugal e Colónias', 'História de Portugal' e 'Educação Cívica'. Os diplomas exaravam instruções pedagógicas que apontavam para o dever de a escola dar atenção às colónias e à História, no sentido de desenvolver nas crianças o 'verdadeiro patriotismo'.

As sucessivas alterações do ensino primário remeteram à simplificação do que nele se estatuiu, e o acabou por desvirtuar a escola primária pública, de tal modo que reduziu o ensino primário complementar para três anos e acabou por extinguir o ensino primário complementar que se destinava àqueles escolares que não continuavam os estudos nos liceus e escolas técnicas. A razão da Ditadura relacionava-se com as reduções de qualidade do ensino primário e na redução de despesas do Estado, propondo-se, ainda, acabar com a preparação pedagógica e científica dos professores de quem muito pouco agora se viria a exigir para a execução da doutrina educativa vigente, com a criação dos 'postos de ensino', como processo de combate ao analfabetismo.

O regime defendia que a cultura suficiente a fornecer às crianças (rurais) era o saber ler, escrever e contar, não se justificando haver grandes preocupações com a preparação científico-pedagógica dos professores primários. Daí a criação dos postos de ensino, cujos mestres designavam-se 'regentes escolares', escolhidos entre as pessoas que possuísem idoneidade moral e intelectual. Só mais tarde se veio a exigir um exame de aptidão aos candidatos à regência daqueles postos de ensino. Apesar da infeliz decisão de se criarem postos de ensino em condições de eficiência tão impróprias, com o objectivo de reduzir o analfabetismo, não descurou o Estado a construção de novos edifícios escolares, aumentando a rede escolar.

A orientação da política educativa do regime foi marcada, desde 1936, pela mobilização ideológica em torno aos valores da trilogia 'Deus, Pátria, Família', tendo contribuído para tal a 'cruzada nacionalista e cristã'. Valorizava-se, assim, os processos educativos, os agentes identificados com esta lógica e a escol.

A lei de 1936, intitulada '*Remodelação do Ministério da Instrução Pública*', estabelece nas suas doze bases as orientações do ensino do Estado Novo relativas aos organismos e serviços do Ministério, aos programas e livros de ensino (livro único para o ensino primário elementar), criação da mocidade portuguesa, etc. O currículo do ensino primário obrigatório nas escolas oficiais reduzia-se ao mínimo: Língua portuguesa (leitura, redacção e feitos pátrios), Aritmética e sistema métrico, Moral, Educação Física e Canto Coral. Estabelecia-se no teor da reforma o ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e

amor pátrio. O problema do ensino popular era resolvido por uma maior difusão de postos escolares, forma embrionária da escola elementar.

A filosofia educacional elitista e discriminatória do salazarismo concretizou-se na estrutura do sistema escolar português, criando duas vias de cumprimento do 5.º e 6.º anos de escolaridade obrigatória, em paralelo com o ciclo complementar do ensino primário [10].

Volvidos cerca de trinta anos após o início do Estado Novo, com o Ministério Leite Pinto, as carências de mão-de-obra qualificada e as necessidades de desenvolvimento económico, no quadro do capitalismo vigente, explicam, em parte, a extensão da escolaridade obrigatória. Só em 1964 se toma as providências necessárias com vista à criação de seis classes obrigatórias no ensino primário, dividindo-se este em dois ciclos: elementar (4 classes) e complementar (5.ª e 6.ª classe), começando este último a funcionar com carácter compulsivo para os alunos que se inscrevessem na 1.ª classe no ano lectivo de 1964-1965.

Podemos afirmar que estas disposições representam um certo avanço no sentido de um ensino básico ao alcance de todas as crianças e jovens, chegando-se a divulgar nos meios políticos a ‘corrida à escola’, no intuito de ascensão cultural das massas, constituindo um fenómeno louvável, se não fosse acompanhado com vigilância e cautelas, para evitar o risco de estrangulamento ou abafamento do escol intelectual.

No ano de 1964 surge a ‘Telescola’ (ensino oficial de recepção particular), com um programa inicial que previa o ensino televisivo, equivalendo ao ciclo preparatório do ensino técnico, acrescido da disciplina de ‘Francês’. A exploração pedagógica da lição televisiva era confiada a monitores com uma habilitação mínima (ciclo complementar do ensino liceal).

Deste modo, agravou-se o carácter socialmente discriminatório de que o sistema de ensino já estava marcado com a existência do 1.º ciclo liceal e do ciclo preparatório do ensino técnico. O ciclo complementar do ensino primário e o ciclo preparatório TV destinavam-se, preferentemente, às populações rurais e suburbanas. O ensino preparatório directo seria lançado à escala das sedes de concelho e, portanto, nas zonas urbanas (Fernandes, 1981).

A reforma de Veiga Simão (Lei n.º 5/1973) visou alterar a estrutura e o âmbito do ensino básico na escola pública. Este ensino passou a ser obrigatório e com a duração de oito anos, sem referência a princípios de gratuidade. Os quatro primeiros anos seriam ministrados nas escolas primárias, correspondendo os quatro restantes ao ensino preparatório, ministrado nas escolas

[10] – Com efeito, pelo Dec.-Lei n.º 38969, de 27 de Outubro de 1952, eram dispensados da obrigação de frequentar o ensino primário os menores incapazes por doença ou por defeito ‘orgânico ou mental’, a não ser que existissem classes especiais a menos de 3 Km da sua residência. No plano legal, ainda após o 25 de Abril de 1974, pretendeu-se encontrar nestas disposições o fundamento para o não cumprimento da escolaridade obrigatória de 6 anos, o que foi combatido no plano da política de acção social escolar.

preparatórias (e Telescola). Os objectivos gerais do 'ensino básico' pretendiam a formação da personalidade dos alunos no domínio físico, intelectual, estético, moral, cívico, social e patriótico e, ainda, a observação e orientação educacionais, extensivas às crianças deficientes ou com necessidades educativas especiais, inadaptadas e precoces.

No plano dos objectivos específicos, o ensino primário compreenderia, além da língua portuguesa, escrita e oral, e da aritmética, o ensino da história e geografia pátrias, a educação estética, a observação da natureza, a iniciação da educação física e das actividades manuais, bem como noções de educação cívica, moral e religiosa. O ensino preparatório destinava-se especialmente a ampliar a formação do aluno e, pela observação e orientação escolar, favorecer o desenvolvimento das suas aptidões e interesses e facilitar a escolha da via escolar e profissional das suas tendências e capacidades.

A Lei n.º 5/73, de 25 de Julho, não chegou, praticamente a entrar em execução, devido ao 25 de Abril de 1974, que trouxe ares de democratização do ensino e da escola pública.

5. – A onda de democratização da escola pós-1974

Ao longo da história da escola pública em Portugal as modificações dos sistemas educativos eram essencialmente ditadas pelo aspecto reprodutivo dos investimentos realizados. Estas reformas limitavam-se a simples adaptações ou ajustamentos e não atingiam a própria estrutura do ensino público.

A democratização do ensino após a revolução de 25 de Abril de 1974, que depôs o regime ditatorial, teve como objectivo preparar cada homem para, segundo as suas aptidões, assumir na sociedade o lugar onde mais se sentia realizado e mais útil. Por outras palavras, pretendia-se o desenvolvimento cultural do indivíduo. A democratização implicou a criação de um sistema educativo mais flexível, diversificação dos currículos, uma igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de educação.

O primeiro objectivo da política educativa após o 25 de Abril, por parte dos governos provisórios, foi assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória de 6 anos. Na ampliação da rede escolar deu-se precedência ao ensino preparatório directo e, depois, ao ciclo preparatório TV, com o conseqüente declínio do ciclo complementar do ensino primário. Iniciou-se, assim, gradualmente uma escolaridade básica de 8 anos, introduzindo-se ao mesmo tempo em algumas escolas preparatórias os dois primeiros anos do ensino secundário geral. A Constituição da

República de 1976 consignou à educação e ao ensino uma orientação ideológica e política de sentido democrático e progressista, no quadro das novas instituições.

O programa de ensino primário elementar, aprovado em 1975, fundou-se numa filosofia da educação de cariz humanista e democrático, sendo o acento tónico da acção educativa a criança, enquanto sujeito. Esta filosofia educacional concretizava-se num currículo que previa actividades iniciais de tipo lúdico, destinadas a proporcionar uma inserção harmoniosa na escola. Uma das inovações curriculares residia na rubrica 'Meio Físico e Social', a partir de cujas actividades todas as demais rubricas do programa atingiam os respectivos objectivos específicos.

Antes de 1974, a repartição do ensino pelas diferentes matérias curriculares estava sujeita a regulamentação severa, com prejuízo da criatividade de professores e alunos, assim como da perspectiva interdisciplinar. Os programas aprovados em 1975 foram inovadores no aspecto de organização pedagógica, melhorou-se o aproveitamento escolar, subiu o número de salas de aula e a relação alunos/sala de aula no ensino básico primário oficial, houve francos progressos na acção social escolar, aumento do material didáctico e escolar (Fernandes, 1981).

A aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE – 1986) constituiu historicamente um momento-chave no processo de reformas do ensino em Portugal. A partir daí a diversidade de discursos, as análises, a complementaridade e as práticas têm-se misturado numa dinâmica que integra renovações, inovações e desilusões.

Reflexão (in)conclusiva

Não queríamos terminar sem sintetizarmos dois blocos de ideias globais que nos parece de enorme importância no nosso estudo. Trata-se das resistências estruturais que sofreu a escola e o sistema educativo português em geral, onde destacamos o analfabetismo, os níveis de escolaridade e os condicionalismos dos professores e o ideário pedagógico no tocante à educação e à escola exigida e exigível para uma sociedade portuguesa a caminho da transformação.

Devido à natureza ideológica dos assomos político-sociais instituidores do sistema de ensino e à morosidade dos ritmos com que foi posto em prática, houve entre nós uma dada funcionalidade sócio-cultural herdada do passado aristocrático e absoluto. Efectivamente, as burguesias foram trilhando os estreitos caminhos que foram capazes de abrir, adaptando-se aos novos tempos e impregnando-os, por seu turno, de alguma da sua substância educativa.

A maioria da população portuguesa (cerca de 80%) estava radicada nas zonas rurais, mantendo-se alheia, aos ritmos do progresso e das exigências educativas de formação. Na verdade, as cidades eram incapazes de fixar as pessoas que sobreviviam da agricultura, em virtude

da conjugação de vários factores, tais como a revolução demográfica, a fragmentação da propriedade campestre, o fraco processo de industrialização, o baixo poder de compra dos portugueses, etc.

Neste cenário frustrante, em pinceladas largas, surpreende-nos que o sistema educativo, e a escola pública em particular, teoricamente formulado e legislado pela contemporaneidade portuguesa, não tenha sabido alterar, senão lentamente, essa funcionalidade sócio-cultural. É uma funcionalidade estrutural resistente às mudanças, devido às crises económicas, às convulsões políticas, à lenta modernização industrial e, sobretudo, aos fenómenos do analfabetismo (total), aos níveis percentuais de escolaridade (primária, secundária, técnico-profissional e superior), ao absentismo e insucesso escolar e, ainda, à formação e ao estatuto do professorado.

Vejamos algumas dessas resistências mais evidentes como o analfabetismo, os níveis de escolaridade e a formação e recrutamento dos professores.

a.)- *Analfabetismo*. Este foi um dos flagelos sociais mais significativos na sociedade portuguesa, sendo que todos os governos, de uma maneira ou outra, intentaram combatê-lo. Com efeito, embora tenham persistido índices elevados, pelo menos, desde 1864, ano do primeiro censo, o analfabetismo foi regredindo lentamente até à década de 70 do século passado. Por outro lado, os ritmos temporais de alfabetização foram indícios seguros do devir da sociedade global.

Em termos sintéticos, há três períodos fundamentais. O primeiro, de 1878 a 1930; o segundo, de 1930 a 1960; e o terceiro pós 1960 e 1974. Foi no Estado Novo que coube a possibilidade de retomar e de organizar, sem muita eficácia, o combate ao analfabetismo, endemia que só seria eliminada da vida sócio-cultural no pós 25 de Abril. Numa análise global à distribuição regional desses períodos de analfabetismo, depreendemos que, em torno das grandes cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, as taxas são mais baixas que nas zonas de ruralidade e, mais elevadas na população feminina que na masculina. A incidência aumenta à medida que vamos do litoral para o interior, para o norte do Tejo e nas regiões de minifúndio e de emigração.

A persistência do analfabetismo, com as suas características próprias e o seu peso geográfico, percorre toda a contemporaneidade portuguesa, embora, em cada conjuntura, tenha assumido polémicas ideológicas. Assim, a 'escola', a 'ilustração do povo' e o 'professor' foram quase sempre carregadas de conotações ideológicas várias. Em última instância, este fenómeno subsumia-se, nos condicionalismos globais da sociedade portuguesa. As causas residiam no atraso social, económico e cultural.

De facto, esta endemia consistiu um dos entreves para uma sociedade considerada globalmente pelo que era em si mesma e pelo próprio devir que ia tornando viável.

b.)- *Níveis de escolaridade.* O sistema educativo português contemporâneo foi muito selectivo com a passagem dos alunos dos níveis primários para os secundários, sendo destes ainda mais privilegiados os que acediam ao nível superior. A primeira selecção verificava-se ao nível do acesso à escolaridade (primária, elementar) pela diferença entre o número de alunos matriculados e os que, da facto, frequentavam esse nível de ensino (alunos escolarizáveis) e os que chegavam a realizar o exame. A segunda selecção ocorria, com mais gravidade, na passagem do ensino primário ao secundário (no arco histórico de 1864 a 1930 chegou a ser de 95,5% essa filtragem dos quantitativos escolares).

No tocante à passagem dos alunos do secundário e/ou do liceu à universidade a situação era mais marcante, sendo que o acesso aos cursos superiores diversificados, era em função das possibilidades económicas para a sua frequência.

Um dos indicadores de análise nos jovens entre os 15 aos 25 anos, quer fossem alfabetos ou analfabetos, era a percentagem dos que chegavam à universidade e, ainda, teríamos que apreender as diversas pulsações regionais relativo às pirâmides escolares de cada distrito.

c.)- *Professorado e os seus condicionalismos.* Em geral os professores quase não usufruíram dum estatuto sócio-económico e sócio-cultural capaz de os prestigiar e ajudar a pôr em prática os objectivos (sócio-pedagógicos) que lhes eram atribuídos e as suas funções educativas nas escolas. A condição de professor definiu-se sempre pela humildade das suas funções, pela precaridade da sua formação (deficiências de formação inicial e actualização), vencimentos baixos, fraca preparação cultural e profissional. Portugal debateu-se, com dificuldades, na tarefa de substituir o professor tradicional, pelo mestre laico, investido com funções pedagógicas mais exigentes às épocas históricas.

Em relação ao ideário pedagógico, do que se foi sugerindo e demonstrando no Portugal contemporâneo, importa averbar que jamais escassearam os pedagogistas e doutrinadores capazes de estabelecer metas, no tocante à educação ou instrução exigida e exigível socialmente por uma sociedade a caminho de transformação. Grandes vultos da cultura portuguesa contribuíam, ou com reflexões de escopo educativo, ou com iniciativas de teor legislativo ou escolares (metodologias), ou ainda, pautando as suas obras por propósitos de 'pedagogia social' ou pedagogia moderna.

Não foi por inépcia ou por desinteresse que o sistema educativo e a escola portuguesa não lograram inscrever na sua tessitura os objectivos e propósitos educativos e pedagógicos adequados. Houve certamente um desencontro de linguagem da teorização e da prática. De facto,

as aspirações ideológicas dos mentores da política educativa obedeciam a imperativos que não encontravam eco na realidade. Era como se pensasse uma coisa, legislasse outra e só se pudesse fazer uma outra diferente das anteriores. Tornava-se inviável afeiçoar a escola às realidades sócio-económicas, mentais e culturais aos desígnios programático-ideológicos, impostos de fora para dentro, de alto para baixo, sem recursos às necessidades plausíveis.

Em síntese, os vários argumentos, justificativos do estado evolutivo da escola pública portuguesa e que merecem reflexão histórico-educativa, foram a nosso ver:

- *- o direito à educação: o que esperar do Estado para desenvolver e realizar o benefício da instrução nos cidadãos, e com ela o da cultura, sem a qual era impossível o progresso (moral);
- *- as crises económicas que implicara, reduções no orçamento para o ensino (despesa pública com a educação);
- *- a polémica da centralização e descentralização do sistema educativo;
- *- a (des)igualdade de tratamento e de acesso à educação de todas as camadas sociais;
- *- a obrigatoriedade escolar e a rede escolar;
- *- o analfabetismo (infantil);
- *- o absentismo e o insucesso escolar;
- *- o professorado: a sua formação inicial e permanente (as escolas normais, o magistério primário, as escolas superiores de educação, etc.), o seu estatuto e a profissão docente
- *- o afastamento geográfico (as assimetrias geográficas) que implicam diferenças, na aprendizagem e aproveitamento dos alunos, na escola urbana e na escola rural;

Com este cenário, parece-nos, poder-se-ia intentar uma história do ideário pedagógico português, no movimento pendular dos seus avanços e recuos, das dificuldades económicas e culturais, da falta de implementação das ideias pedagógicas mais adequadas à realidade vigente de cada período histórico.

As políticas educativas viveram na constante onda de preocupações, dando resposta a situações conjunturais que, com maior ou menor premência, foram exigindo decisões imediatas não sendo, muitas vezes, as mais próprias e eficazes. O comprometimento com umas e outras soluções (ideológicas) imaginadas para a casuística avulsa, impediu, muitas vezes, a reflexão que projectasse a educação/instrução e a escola na dinâmica de um sistema continuamente ajustado ao fluir histórico. Reconhecemos, por vezes, uma certa incoerência interna em sucessivas reformas (sectoriais), falta de determinação em implementar projectos de lei inovadores e a possibilidade, em cada época, de encontrar uma linha de rumo que permitisse visualizar um

projecto educativo mais global. É nesse contexto que deveremos analisar historicamente a escola pública portuguesa.

Bibliografia de Referência

- ADÃO, Áurea (1984). *O estatuto sócio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência
- ALBUQUERQUE, Luís de (1960). *Notas para a História do ensino em Portugal*. Coimbra: Publ. da Univ. de Coimbra
- ANDRADE, A. A. Banha de (1982). *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional
- ARAÚJO, Helena C. (1993). *The construction of Primary Teaching as Women's work in Portugal (1870-1933)*. 2. Vol.s (Dissertação de Doutoramento). London: Open University
- ARAÚJO, Helena C. (1996). 'Precocidade e retórica na construção da escola de massas em Portugal'. *Educação, Sociedade & Culturas*, 5, pp. 161-174
- BÁRBARA, A. Madeira (1979). *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal, da reforma pombalina à 1.ª República*. Lisboa: Assírio e Alvim
- BARROS, João de (1911). *A reforma de instrução primária* (com João de Deus ramos). Porto: Tip. Costa Carregal
- BEJA, Filomena & al. (1987). *Muitos anos de escolas. Vol. 1, 1.ª Parte – edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: MEC/ Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos
- BÍVAR, M.ª de Fátima (1975). *Ensino primário e ideologia*. Lisboa: Seara Nova
- CANDEIAS, A. (1993). 'A situação educativa portuguesa: raízes do passado e dúvidas do presente.' *Análise Psicológica*, 4 (XI), pp. 591-607
- CANDEIAS, A. (1994). *Educar de outra forma. A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa (1905-1930)*. Lisboa: Instituto de Inovação educacional
- CARVALHO, Rómulo de (1986). *História do ensino em Portugal, desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do regime salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- CATROGA, Fernando (1991). *O republicanismo em Portugal, da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, (2. Vol.s). Coimbra: Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras
- COELHO, J. Augusto (1909). *A reforma do ensino primário*. Porto: Liv. Portuense de Lopes
- CORTEZÃO, Luísa (1981). *Escola – Sociedade. Que relação?* Porto: Edições Afrontamento
- COSTA, D. António (1870). *A instrução nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional
- ESTRELA, A.; BARROSO, J. & FERREIRA, Júlia (1995). *L'École un Object d'étude*. Lisboa: AFIRSE Portugaise /Univ. de Lisboa - FPCE
- FERNANDES, Rogério (1973). *Situação da educação em Portugal*. Lisboa: Moraes Editores
- FERNANDES, Rogério (1981). Ensino Básico. In Manuela Silva & M. Isabel Tamen, *Sistema de Ensino em Portugal*, (pp. 167-189). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

- FERNANDES, R. (1988). 'História da Educação, História das Mentalidades, História da Cultura'. In *Actas 1.º Encontro de História da Educação em Portugal* (Lisboa, 14-16 de Outubro de 1987) (pp.255-274). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- FERNANDES, R. (1994). *Os caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino de Primeiras Letras do Pombalismo a 1820*. Porto: Porto Editora
- FERREIRA, F. Palyart P. (1916). *Algumas Notas pedagógicas*. Lisboa: Casa Portuguesa
- GOMES, J. Ferreira (1979). 'Escolas normais para habilitação de professores primários criadas no século XIX'. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XIII, pp. 151-216
- GOMES, J. Ferreira (1980). *Estudos para a história da educação no século XIX*. Coimbra: Almedina
- GOMES, J. Ferreira (1988). 'Situação actual da história da educação em Portugal'. In *Actas 1.º Encontro de História da Educação em Portugal* (Lisboa, 14-16 de Outubro de 1987) (pp.11-44). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- GRÁCIO, Rui (1968). *Educação e processo democrático em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte
- GRÁCIO, Rui (1981). *Educação e processo democrático em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte
- GUEDES, Lélia (1999). *Escola portuguesa (1934-1957). Sobre a política educativa do estado Novo*. Braga: Universidade do Minho /IE
- LIMA, Adolfo (1914). *Educação e ensino. Educação integral*. Lisboa: Guimarães & Editores
- LIMA, Licínio (1992). *A escola como organização e a participação na organização escolar*. Braga: Universidade do Minho / Instituto de Educação
- MAGALHÃES, Justino (1996). 'Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do Antigo regime.' *Educação, Sociedade & Culturas*, 5, pp. 7-34
- MAGALHÃES, Justino (1998). *Fazer e ensinar História da Educação*. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Educação e psicologia / Centro de Estudos em Educação e Psicologia
- MALHEIROS, A. (1923). *A propósito da reforma do ensino*. Porto: Oficinas de 'O Comercio do Porto'
- MARROCOS, Santos (1892). 'Memória sobre o estado Geral dos estudos Menores em Portugal, particularmente em Lisboa'. In *Revista de Educação e Ensino*, Vol. VIII, pp. 441-446 e 515-549
- MARTINS, Ernesto C. (1997). *As fontes documentais: Análise da vida quotidiana e elementos para a História Social e Educativa*. Santarém: Cadernos do projecto Museológico sobre Educação e Infância
- MARTINS, Ernesto C. (2002). 'A educação popular e a literatura infantil na 1.ª República'. *Educare & Educere*, Ano VIII, n.º 13 (Dez.), pp. 57-74
- MARTINS, C. Alves (1964). *Análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa (1950-59)*, Vol. 1: *Evolução da estrutura escolar portuguesa (Metrópole – previsão para 1975)*. Lisboa: IAC – Centro de Estudos de Estatística Económica
- MÓNICA, M.ª Filomena (1977). 'Debe-se ensinar o povo a ler?' A questão do analfabetismo (1926-1939)' *Análise Social*, XII, n.º 50, pp. 321-352

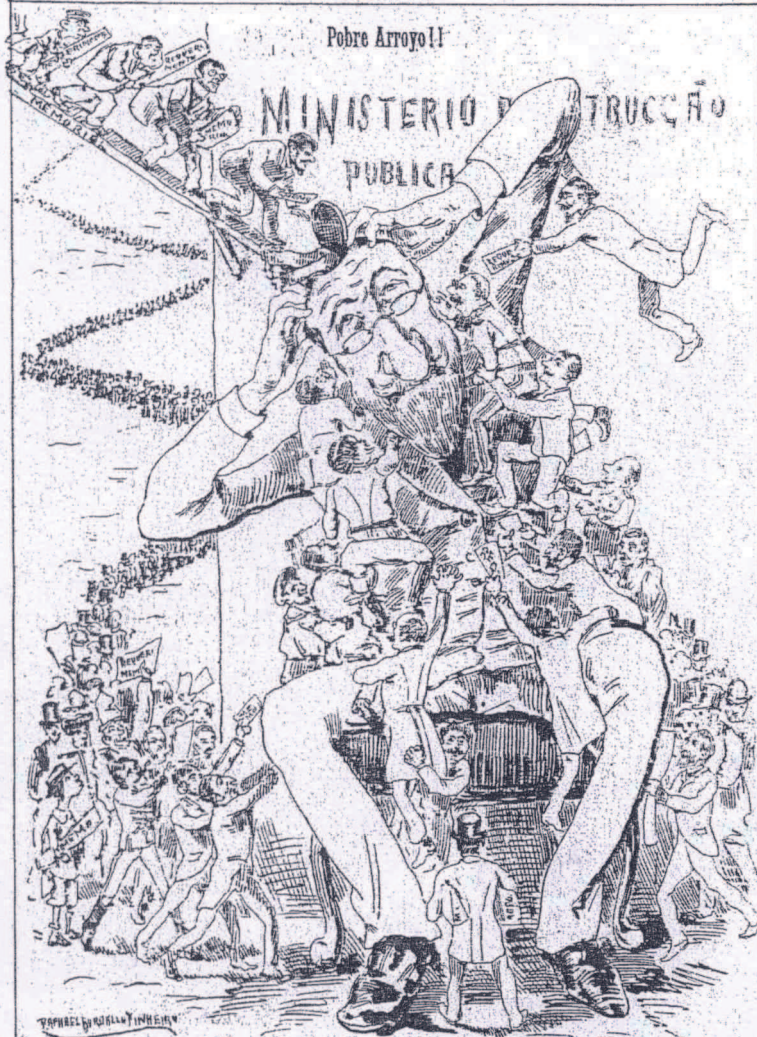
- MÓNICA, M.^a Filomena (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença
- NÓVOA, A.(1988). 'A História do ensino primário em Portugal: balanço da investigação realizada nas últimas décadas'. In *Actas 1.º Encontro de História da Educação em Portugal* (Lisboa, 14-16 de Outubro de 1987) (pp.45-64). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- NÓVOA, A.(1989). 'A República e a Escola: das intenções generosas ao desengano das realidades'. In Ministério da Educação, *Reformas do Ensino em Portugal. Reforma de 1911*, Tomo II, Vol. 1 (pp. ix-xxxiv). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional
- NÓVOA, A.(1992). 'Para uma análise das instituições escolares'. In A. Nóvoa (coord.), *As Organizações escolares em análise*, (pp. 13-43). Lisboa: Dom Quixote/IEE
- NÓVOA, A. (Org.) (1993). *Os professores e as reformas de ensino. Na viragem do século (1886-1906)*. Porto: Edições Asa
- OLIVEIRA, A.J. (1909). *Em prol da instrução (cartas de um professor)*. Lisboa: Guimarães & Editores
- OLIVEIRA, Mário de (1933). *A escola única. Uma nova ideia pedagógica-social*. Lisboa: Papelaria Fernandes
- PACHECO, Corrêa (1910). *Theses – Instrução Primária e Bibliothecas Populares Municipais*. Porto: Typ. Mendonça
- PALHINHA, M.^a Helena cardoso (1988). *O aluno no ensino primário português (1900-1950): Uma análise de regulamentação escolar*. (Tese de Doutoramento). Caen: Université de Caen
- PEREIRA, Júlio S. da Rocha (1921). *Noções Sumárias de História da Instrução Popular em Portugal*. Porto: Liv. Nacional e Estrangeira de Eduardo Martins e Liv. E Imprensa Civilização de Américo Fraga
- PINTASSILGO, J. (1996). *A Educação cívica nas escolas primárias da 1.ª República portuguesa (1910-1926)*, 2. Vol.s (Tese de Doutoramento). Salamanca: Universidad de Salamanca / Facultad de educación
- PROENÇA, Raul (1910). 'Alguns vícios da educação no nosso país'. In *Alma Nacional*, n.º 14-16 (12-19 e 26 de Maio), pp. 1
- RAMALHO, Albano (1918). *Ensino primário e educação popular*. Lisboa: Aillaud, Alves & C^a
- RAMOS, R. (1988). 'Culturas de alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo.' *Análise Social*, n.º 103-104 (XXIV), pp. 1067-1145
- REIS, J. (1993). *O atraso económico português em perspectiva histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930)*. Lisboa: Imprensa Nacional /Casa da Moeda
- SAMPAIO, J. Salvado (1969). 'Escolas Móveis.' *Boletim Bibliográfico e Informativo*, n.º 9, pp. 9-28
- SAMPAIO, J. Salvado (1973). *Evolução do ensino em Portugal (Metrópole 1940-1941 / 1966-1967)*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência
- SAMPAIO, J. Salvado (1975). *O ensino primário 1911-1969 (Contribuição Monográfica, Vol. I, 1.º Período: 1911-1926)*. Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência

- SANTOS, Alves dos (s/d). *A nossa escola primária (o que tem sido o que deve ser)*. Porto: Casa Editora A. Figueirinhas.
- SARAIVA, A. José (1947). *A escola. Problema central da Nação*. Lisboa: edição do Autor
- SERRA, Aires (1944). *A instrução primária em Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora
- SERRÃO, Joel (1980). 'Estrutura social, ideologias e sistema de ensino'. In *Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- SILVA, Serras e (1952). *Ideias fundamentais sobre a escola primária*. Coimbra: Coimbra Ed.
- SIMÃO, J. Veiga (1973). *Democratização do ensino*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional
- TEODORO, António (1996). 'Sete reflexões sobre as raízes do atraso educativo português.' *Educação e Ensino*, 13 (8), pp. 27-29
- TORGAL, L. Reis e VARGUES, Isabel N. (19..). *A revolução de 1820 e a instrução pública*. Lisboa: Paisagem Editora
- VALENTE, V. Pulido (1973). *Uma educação burguesa*. Lisboa: Livros Horizonte
- VALENTE, V. Pulido (1976). *O poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa: Dom Quixote

ANEXOS:

Fotografias:

- N.º 1 —'Pobre Arroyo' —
Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), in
Pontos nos ii (Lisboa), n.º 259, 12 de Junho de 1890, pp. 191.
- N.º 2 —'A Supressão do Ministério da Instrução Pública' —
Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905),
in *O António Maria* (Lisboa), 5 de Março de 1892, pp. 400
- N.º 3 —'A Instrução Primária' —
António de Sousa Nogueira (1854-1921),
in *Os Pontos* (Porto), n.º 19, 10 de Maio de 1896, p. 8
- N.º 4 —'O Congresso dos Professores Primários' —
António de Sousa Nogueira (1854-1921),
in *Os Pontos* (Porto), n.º 15, 19 de Dezembro de 1897, pp. 4-5
- N.º 5 —'O Banquete' —
Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (1867-1920),
in *A Paródia* (Lisboa), n.º 164, 14 de Abril de 1906, pp. 4-5



RAFAEL BORDABERRY

-E ainda me chamam de Arroyo tyranico?! Olhem pra isto! Inda o ministerio d'Instruc:ao publica e mal as artes, não estã feito, jã os pretendentes ameaçam desfa:zer-me. Arroyo tyranico!... Arroyo martyr. e que eu sou!

A supressão do Ministerio da Instrucção Publica



RAFAEL BORDALO PINHEIRO

Grças á vassoura do sr. presidente do conselho, a Instrucção publica acaba de ser lançada ao lixo.
Passou d'um palacio para um barril. Por Deus! não lhe bulam mais. Deixem-na agora estar que está bem.



P-a-o-sem-til—pac, seu mestre! Ponha-se lá fora!



O Congresso dos Professores Primarios

O proximo congresso de professores primario em Porto será o angulo de sua presidencia do conselho.

O BANQUETE

Reflexões d'um professor primario

Polage creme, volaille, Madère ace ;
Hors d'oeuvre, petits bouquets à la Tou-
lousaine, Caviar, Truffes, Caviar, Caviar,
mandi, Bacelita ; Entrees, Centre Boiss
Fleurant, Coilleres, Frites gras de
Strasbourg, Pouch à la compairait, Rotti, m-
Champagne fraijet ; Le guinea, Asperges
nouvelles sauce richelienne, Prou-
d'hong, gâteaux, Mouton, Pout, vau-
lous, et ce illustrii ; Desserts, Café et
liquieurs.



— E, pensar que ha gente que come assim todos os dias !...